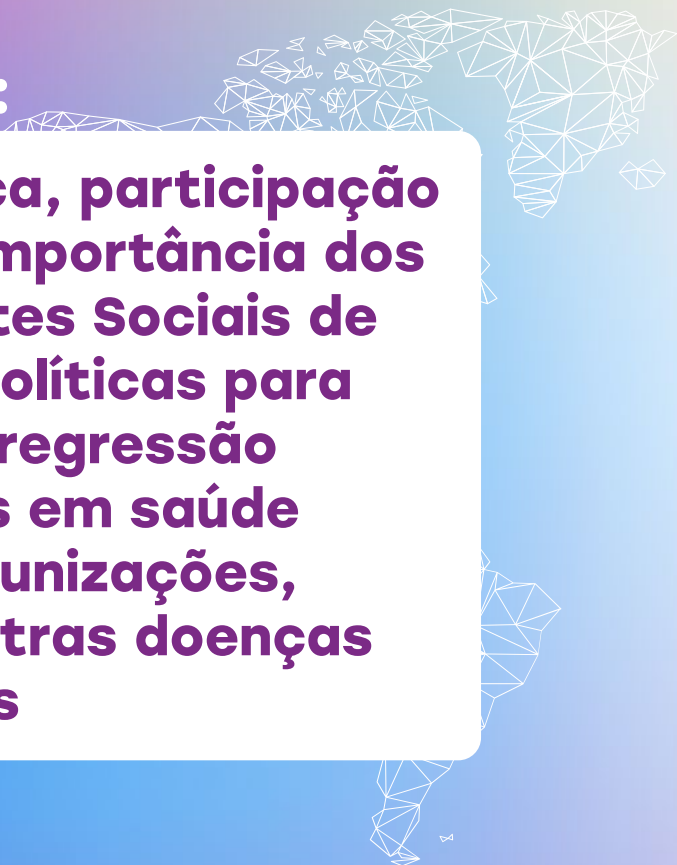


APRESENTAÇÕES E DEBATES

PAINEL 04:

A governança, participação cidadã e a importância dos Determinantes Sociais de Saúde nas políticas para enfrentar a regressão dos avanços em saúde materna, imunizações, dengue e outras doenças metaxênicas



Fernando Pigatto

CNS - Brasil

Neste ano, comemoram-se no Brasil os 36 anos do SUS e os 30 anos da Estratégia Saúde da Família, que atende a 212 milhões de pessoas em 5.570 municípios, que são marcos honrosos para a construção que o país vem realizando em matéria de saúde.

Restam muito desafios para o SUS, por exemplo, no que diz respeito à efetivação da Participação Social e seu potencial na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas em saúde. Apesar de vitórias e conquistas ao longo de décadas, esse é um tópico que ainda precisa ser aprimorado e fortalecido, passando, certamente, por transições associadas às lutas históricas na saúde.

Nos últimos anos, ocorreram questões emblemáticas, todavia, com o surgimento de fenômenos de desinformação em saúde, colocando não só o SUS, mas também, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), a população e os governantes em intrincada teia de dilemas, que é preciso ser superada pela garantia de uma informação em saúde baseada em evidências científicas. Nesse aspecto, não seria demais lembrar, em termos da verdade em matéria de ciência e saúde, que uma pesquisa da prestigiosa revista inglesa Lancet aborda que tais questões não são novas, sugerindo que, ao invés de focalizar o fluxo da informação falsa e seus dispositivos tecnológicos, é necessário expandir a análise

para os laços comunitários que geram confiança na sociedade. Ainda dentro desse aspecto, relembra que resoluções do CNS resultantes de propostas surgidas na 17ª Conferência Nacional de Saúde foram alvo de ataques e deturpações por setores ultraconservadores da sociedade.

O painalista defende a participação social como antídoto à desinformação, no que o sistema de conselhos, presente em todo país por meio de conselhos estaduais, municipais, locais e o próprio CNS, tem um papel a cumprir, responsável que é pela criação de vínculos sociais, bem como de olhar e valorizar os determinantes sociais em cada território, em busca de soluções a partir de tal conceito ampliado de saúde.

O CNS vem promovendo também uma campanha de criação de Conselhos Locais de Saúde, denominada *Aqui tem Conselho Local de Saúde*, mediante ações coordenadas de comunicação com diversidade de produtos e periodicidade delimitada.

Encerra lembrando do reconhecimento internacional que a 77ª Assembleia Mundial de Saúde, em 2024, conferiu à Participação Social em Saúde, pela sua influência transparente e em todos os níveis dos sistemas de saúde na tomada de decisões em todo ciclo das políticas públicas de saúde.

Acesse o material apresentado em: [A participação social como estratégia para criação de vínculos, combate à desinformação e retomada de indicadores de saúde](#)

Orielle Solar Hormazabal

Opas

Governança, intersetorialidade, participação social, determinantes sociais: por que são tão necessárias tais questões no trato dos problemas coletivos de saúde? Elas poderiam, de fato, contribuir para uma maior efetividade das políticas e das intervenções em saúde? Cabe lembrar que programas de intervenção em saúde só podem ter êxito quando são efetivos também para os grupos sociais em desvantagem. Nesse aspecto, cabe lembrar que apenas utilizar cuidados baseados em evidências não é o bastante, pois se deve também prover cuidados além dos limites da clínica e, principalmente, que alcancem o conjunto populacional. Não se deve esquecer, ainda, que a saúde representa um fenômeno social que envolve um conjunto de políticas públicas, nas quais as ações devem levar em conta os fatores de risco biológicos e comportamentais, dentro de uma “epidemiologia dos fatores de risco” a orientar análises e intervenções. Entretanto, o enfoque sobre os fatores de risco imediatos no nível individual pode limitar o conceito de saúde apenas ao cuidado curativo.

É aí que entra em cena a importância dos *Determinantes Sociais*, com o interesse particular em elucidar o contexto social do risco e da vulnerabilidade associados, ao considerar os comportamentos individuais como construções sociais, resultantes de forças como pobreza, desigualdades sociais, conflitos armados,

além de outras questões sociais, econômicas e políticas. Nessa lógica, é a promoção da saúde que traz uma visão positiva sobre tais desafios ao buscar construir ambientes que possibilitem a saúde para todas as pessoas.

Assim, é preciso conhecer os mecanismos que geram a desigualdade em saúde, para projetar intervenções e políticas eficazes, tendo em mente que apenas 20% a 35% da saúde da população pode ser explicada diretamente pelo sistema de saúde. Isso significa que melhorar a saúde da população e reduzir as iniquidades requer ir além da discussão sobre o sistema de saúde e seu financiamento, não sendo suficiente apenas medir e denunciar as iniquidades, pois torna-se preciso entender por que tais coisas ocorrem para criar políticas públicas realmente relevantes.

Ênfase especial é dada em relação aos desafios do acesso à saúde em cenários de avanços da economia informal, quando se alteram não só a percepção das pessoas como também suas demandas, as barreiras interpostas e a própria continuidade das intervenções. Tudo isso faz com que as pessoas posterguem suas necessidades de cuidados, tornadas assim invisíveis. Tais barreiras podem ser atribuídas a suas próprias demandas, uma parte apreciável ao emprego; outras tantas, ao próprio sistema de saúde.

É preciso insistir, portanto, na abordagem intersetorial, ou seja, aquela descrita como “saúde em todas as políticas”, no sentido de reduzir as iniquidades em saúde. No entanto, tais ações intersetoriais devem ser sempre integradas e baseadas nas necessidades reais das pessoas. Trata-se, acima de tudo, de

cuidar e tratar não somente de pessoas ou enfermidades, mas de comunidades, integrando a abordagem dos determinantes sociais às ações nos territórios e nas comunidades, na prática clínica e na correta entrega de serviços.

Finalizando, são apresentadas ferramentas propostas pela Opas voltadas para o desenvolvimento das ações intersetoriais em saúde.

Luc Boileau

Quebec

O Québec é uma das 13 províncias e territórios do Canadá, com cerca de 9 milhões de habitantes (22% da população do Canadá), dois quais 77,5% são de língua francesa. No Canadá, o sistema de saúde é de responsabilidade provincial ou territorial. Apresentam-se informações sobre a Saúde Pública na província, por meio do Programa Nacional de Saúde Pública e da Política Governamental de Prevenção em Saúde, que ali são executados dentro de quatro pilares da abordagem, inspirados nos princípios da estratégia de *Saúde em todas as Políticas*, com especial ênfase na participação cidadã.

O Programa Nacional de Saúde Pública e sua correspondente política de Prevenção em Saúde abrangem a oferta de serviços na rede de saúde e de serviços sociais, de modo a atuar sobre os determinantes de saúde e em sua base, mediante construção conjunta entre os ministérios e parceiros da sociedade civil, definido, assim, planos de ação regionais em saúde pública, dentro do compromisso governamental atuação sobre diferentes setores da sociedade, tais como família, educação, alimentação, meio ambiente, em estratégia que tem como enfoque os Determinantes Sociais da Saúde.

Tais intervenções públicas foram consagradas em lei desde 2001, tendo como objetivos contribuir para manter e melhorar a saúde da população e reduzir as desigualdades sociais em saúde,

bem como realizar intervenções reconhecidamente eficazes e de qualidade sobre o território, com ênfase em problemas de saúde evitáveis e prioritários, tais como: questões de adaptação social e de saúde mental; condições crônicas; traumatismos não intencionais; doenças infecciosas, além de outras ameaças à saúde da população. Outrossim, procura-se melhorar o estado geral de saúde da população e reduzir as desigualdades sociais em saúde, além de tentar contribuir para diminuir a pressão sobre o sistema de saúde ao longo dos próximos anos. O orçamento da Saúde Pública no Quebec representa 2,09% do orçamento total provincial.

Os citados Programa Nacional de Saúde Pública e Política Governamental de Prevenção em Saúde atuam sobre fatores que influenciam a saúde dos habitantes, tais como a insegurança alimentar; o chamado letramento alimentar; o planejamento de base territorial; as questões ambientais e de mudanças climáticas; o acesso à habitação. Em função das iniquidades em saúde e as vulnerabilidades socioeconômicas em geral, é desenvolvida e incentivada a formação de redes de proteção social voltadas para a inclusão social, envelhecimento, educação, hábitos de vida, transporte e mobilidade sustentáveis, além de ambientes de trabalho.

A participação cidadã, definida como um processo de engajamento dos cidadãos e cidadãs com vistas a influenciar decisões que se relacionam com escolhas coletivas, é especialmente incentivada, sob diferentes formas, com enfoque na informação, consulta, diálogo, deliberação e coconstrução das políticas, podendo acontecer ou não em dimensão institucionalizada.

As perspectivas futuras dizem respeito à adoção de uma lei de governança do sistema de saúde de serviços sociais, prevista para dezembro de 2024 e para a criação do programa *Santé Québec*, por intermédio do qual se fará a integração de 34 estabelecimentos de saúde, com a implementação de uma *governança de proximidade*; renovação de quadros estruturantes; considerações quanto a tendências emergentes, além de buscar fazer da prevenção em saúde uma tarefa de todos.

Esta apresentação está também disponível no *link* seguinte: [A participação cidadã e a importância dos determinantes das políticas de saúde social: o exemplo do Québec](#)

Lely Guzman

Debatedora

O primeiro aspecto a destacar nas presentes experiências é a presença de servidores públicos competentes e comprometidos em cada uma delas.

Aqui se confirma, mais uma vez, a importância da consideração dos determinantes sociais e econômicos na gênese dos problemas de saúde populacional, revelando claramente estratégias variadas para abordá-los. Isso também significa que são iniciativas inspiradas diretamente pela realidade local, de cuja conexão com a ação, que depende de conhecimento e análise, não se pode abrir mão.

Destaca-se especialmente a preocupação presente em diversas iniciativas com a saúde materna e do grupo feminino de maneira geral, o que realmente representa uma questão complexa e ainda dependente de muitas melhorias no panorama da América Latina. Da mesma forma, as injunções trazidas pela transição demográfica e suas complexas implicações, em rápida e constante transformação nesta e em outras partes do mundo.

O enfoque na vulnerabilidade de determinados grupos populacionais constitui, de fato, um fator fundamental nas políticas de saúde contemporâneas, e por meio dessas experiências, notam-se estratégias inovadoras a respeito de tal abordagem. Cabe também a recomendação de que persiste ainda, particular-

mente na realidade da América Latina, um fator preponderante na geração de vulnerabilidade social, que é o baixo acesso ao saneamento básico.

Acima de tudo, deve ser destacado o papel essencial que a APS adquiriu nos sistemas de saúde contemporâneos, o que fica muito bem demonstrado nas presentes experiências. Dentro do espírito da APS, há que se destacar, ainda, o enfoque fundamental nas famílias mais do que em indivíduos revelado nos diversos casos apresentados. Isso implica a necessidade de integração cada vez maior das políticas sociais também no nível local, de forma a garantir sua efetividade.

Na realidade atual, não custa lembrar, um fator essencial é o peso da economia informal, para o bem ou para o mal, e suas repercussões inquestionáveis no campo da saúde e da qualidade de vida das respectivas populações.

Denota-se, também, a importância das ações intersetoriais, quase sempre presentes, sem que isso signifique perda ou abstenção de ações sanitárias específicas, da mesma forma que a força e o impulso dos movimentos sociais.